

ATAS

we
P
R

Aos onze dias de dezembro de dois mil e vinte, realizou-se a Assembleia Geral da Federação Portuguesa de Vela, que se reuniu em segunda convocatória no Auditório do Comité Olímpico de Portugal às dezanove horas, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

Ponto único: Discussão e votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021

O Presidente da Mesa deu início aos trabalhos informando que dada a ausência do Secretário da MAG, convidava para a Mesa, o delegado em representação do Clube Naval de Cascais, Pedro Costa Alemão, caso não houvesse oposição, o que foi aceite sem objeção.

Procedeu-se então à verificação e aceitação dos delegados à assembleia geral, verificando-se que estavam presentes com direito a voto 15 (quinze) delegados, dos quais 7 (sete) em videoconferência.

Para facilitar a participação dos delegados das associações regionais, clubes do Norte, Sul, Açores e Madeira, bem como dos representantes dos Árbitros, Treinadores e Praticantes, utilizou-se o sistema de videoconferência.

O Presidente da Mesa deu então início aos trabalhos, saudando todos os presentes e os que estavam a participar através da videoconferência, e deu a palavra ao presidente da FPV, António Roquette, para apresentação do Plano de Atividades e Orçamento para o ano 2021.

De seguida o Presidente da FPV, António Roquette fez uma breve apresentação do Plano de Atividades e Orçamento (PAO), sublinhando o enquadramento das atividades dos projetos previstos, expondo sumariamente os objetivos para o ano de 2021, entre os quais destacou os seguintes:

- valorizar as estruturas regionais e locais, através de um maior financiamento aos clubes e às associações regionais, por forma a que as mesmas possam responder aos desafios que lhes vão sendo colocadas ao nível em que se insere o seu âmbito de atuação;
- potenciar o protocolo estabelecido com o desporto escolar para que os clubes que ainda não o façam, possam utilizar os 80 Optimist e os 9 Laser Pico que se encontram sedeados nos clubes, sempre que estes não estejam a ser utilizados pelo desporto escolar;
- continuar o processo de certificação das Escolas de Vela e implementar o Modelo de Ensino da Vela preconizado pela FPV, cujo processo será concluído antes do verão de 2021;
- publicação e distribuição do novo livro de regras de regata à vela;
- reforço das verbas para o quadro competitivo da vela adaptada;
- candidatura ao financiamento de um conjunto de provas internacionais que se irão realizar em Portugal em 2021 e que em muito prestigiam o país;

ATAS

Folha 11

- assegurar a comparticipação das seleções nacionais nas principais provas internacionais das classes estratégicas e aumentar o investimento do programa de seleção e orientação de talentos;

- procurar o apuramento para Tóquio das classes 470, laser radial e laser standard.

Terminou dizendo que todos os objetivos atrás enunciados, só podem ser alcançados com o envolvimento de todos e que só desta forma é que podemos realmente conseguir uma melhor vela para Portugal.

O Presidente da Mesa, colocou então à discussão a análise do Plano de Atividades e Orçamento para 2021, dando aos delegados presentes a oportunidade de pedirem esclarecimentos.

Aberto o período de discussão, pediu a palavra o delegado em representação dos treinadores, Luís Brito que após cumprimentar os delegados presentes, colocou duas questões, uma sobre o motivo porque é que o valor da licença desportiva para a vela adaptada não é diferenciada como acontece a exemplo de outras categorias de licença desportiva, como é o caso da licença de praticante especial e uma outra questão sobre o que está a ser pensado para o congresso e sua operacionalização.

O Presidente da FPV referiu que a ideia do congresso passa pela realização de um fórum, o qual será fundamental para a definição do plano estratégico da FPV, sendo sua intenção convidar pessoas que pela sua massa crítica, sejam uma mais valia para a concretização das linhas orientadoras do referido plano estratégico. De seguida pediu ao Diretor Técnico Nacional que respondesse à primeira questão que foi colocada pelo delegado.

O Diretor Técnico Nacional explicou a razão da criação da licença desportiva especial e o que a mesma envolve, tendo referido que já foram encetadas conversações com a Associação Portuguesa da Classe Hansa, a qual manifestou que não queria que os portadores de deficiência fossem tratados de modo redutor. Que os novos órgãos sociais da classe tinham sido eleitos recentemente, tendo estes ficado de voltar a encetar conversações sobre o assunto. Terminou dizendo que não podemos considerar que o praticante é ou não de vela adaptada, mas sim que o mesmo tem é a sua mobilidade reduzida.

De seguida pediu a palavra o delegado da Associação Portuguesa da Classe 420 Manuel Ken Gamito para sugerir que no quadro síntese do orçamento, fosse incluído para além do comparativo do orçamento dos dois últimos anos, a inclusão de uma nova coluna com o valor real da execução do orçamento no ano n-1. Continuou dizendo que gostava também de ser esclarecido relativamente aos valores que constam para o IQFOIL masculino e feminino para um conjunto de provas, cujo objetivo é obter o maior número de participações na primeira metade tabela classificativa e que do valor inscrito, qual é a verba que provem de capitais próprios da FPV e qual será a implicação, caso os objetivos não sejam concretizados. A segunda questão que colocava, tem a ver com o valor inscrito de 180.000 euros para a organização de eventos internacionais.

ATAS


Sobre estas duas questões colocadas, o Diretor Técnico Nacional disse que a FPV não dispõe de verbas próprias para o efeito, pelo que os gastos a realizar serão efetuados de acordo com as verbas atribuídas pelo IPDJ e dos velejadores que da Techno 293 transitem para o IQFOIL. Que o objetivo da primeira metade da tabela classificativa, prende-se com o facto desta atribuir o estatuto de alto rendimento aos velejadores, integrando o projeto do alto rendimento e a possibilidade desta forma de se qualificarem para os jogos olímpicos de 2024. Relativamente à segunda questão deu conhecimento que o valor apresentado para os eventos internacionais, está de acordo com os orçamentos das entidades que se candidataram aos eventos, tendo no entanto tido a informação, esta semana, que é intenção do IPDJ só financiar campeonatos da europa e do mundo.

O Presidente da FPV pediu a palavra para referir um dos aspetos ainda não alcançados no trabalho que tem vindo a desenvolver prende-se com a concretização da marca FPV, a qual em sua opinião, só é possível ser alcançada, através de resultados desportivos que despertem o interesse de novos patrocinadores para a modalidade. Concluiu alertando para o facto de os valores agora apresentados se basearem numa estimativa de montantes a receber do IPDJ, os quais, caso não se efetivem nesses termos, acarretam a necessidade de um orçamento retificativo. Agradeceu ao presidente da MAG e ao secretário em substituição e desejou a todos os presentes, um santo natal com saúde.

Não havendo mais ninguém que se tenha inscrito para falar, foi lido o parecer do Conselho Fiscal e o Presidente da Mesa passou à votação do Plano de Atividades e Orçamento para 2021, tendo o mesmo sido aprovado com treze votos a favor e duas abstenções.

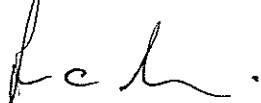
De seguida o Presidente da Mesa, considerando não haver mais nada para discutir, procedeu ao encerramento dos trabalhos cerca das vinte horas, tendo agradecido a presença de todos e desejado votos de boas festas.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral



(António Manuel Araújo Costa)

O Secretário da Mesa da Assembleia Geral em substituição



(Pedro Costa Alemão)